

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	25
1 AS ESTATAIS E AS LICITAÇÕES.....	27
1.1. Introdução	27
1.2. Breves notas sobre o regime jurídico das empresas estatais.....	29
1.3. Breve histórico sobre a aplicação do regime licitatório às estatais.....	32
1.4. Da aplicação do regime licitatório da Lei nº 8.666/1993 às estatais	35
1.4.1. Estatais e a relativização da aplicação do regime licitatório da Lei nº 8.666/1993	36
1.4.2. Da relativização da aplicação do regime licitatório da Lei nº 8.666/1993, em razão das atividades finalísticas	37
1.4.3. Da relativização da aplicação do regime licitatório da Lei nº 8.666/1993, face à incompatibilidade com específicas atuações da estatal	38
1.4.4. Reflexos no regime jurídico da Lei das Estatais.....	42
1.5. O regime licitatório da Lei nº 13.303/2016.....	44
2 ASPECTOS DE APLICAÇÃO DAS REGRAS DE LICITAÇÃO DA NOVA LEI DAS ESTATAIS	47
2.1. Aspecto temporal – vigência das novas regras de licitação para as estatais ..	47
2.1.1. As três correntes de interpretação	48
2.1.2. O entendimento da Advocacia-Geral da União – AGU.....	52
2.1.3. O novo regulamento federal.....	53
2.1.4. Da conclusão pela possibilidade de aplicação do novo regime antes do prazo de 24 meses.....	55
2.1.5. Da impossibilidade de um regime híbrido da Lei nº 13.303/2016 e legislação substituída	57
2.1.6. Das licitações iniciadas ou contratos firmados antes da aplicação da Lei nº 13.303/2016	58
2.1.7. Definição do que seriam "licitações iniciadas" para fins de aplicação do regime licitatório anterior	59

2.1.8. Da impossibilidade de alteração para adaptação do contrato ao novo regime.....	60
2.1.9. Da manutenção do regime licitatório e os serviços contínuos	61
2.2. Aspecto normativo – convivência com os demais regimes de licitação.....	62
2.2.1. Da competência legislativa.....	62
2.2.2. Lei federal nº 13.303/2016 como regra geral e especial.....	65
2.2.3. Da (não) aplicação subsidiária das Leis federais nº 8.666/93 ou nº 14.133/2021, nas licitações e contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016	67
2.2.3.1. Da (não) aplicação subsidiária das modalidades previstas na Lei federal nº 8.666/1993 e na Lei nº 14.133/2021	72
2.2.3.2. Da (não) aplicação subsidiária da Lei federal nº 8.666/1993 ou da Lei nº 14.133/2021 em relação à atuação obrigatória do setor jurídico para aprovação das minutas ou controle prévio de legalidade	73
2.2.3.3. Da (não) aplicação subsidiária da Lei federal nº 8.666/93, em relação à audiência pública obrigatória	75
2.2.3.4. Da (não) aplicação subsidiária da Lei federal nº 8.666/93 ou da Lei nº 14.133/2021, em relação à regularidade fiscal e trabalhista	76
2.2.3.5. Da (não) aplicação subsidiária da Lei federal nº 8.666/93 ou da Lei nº 14.133/2021, em relação às margens de preferência	79
2.2.4. Da aplicação das regras de licitação para microempresas e empresas de pequeno porte (LC nº 123/2006)	80
2.2.4.1. Síntese do tratamento diferenciado para ME/EPP nas licitações públicas	80
2.2.4.2. Constitucionalidade do §1º do artigo 28 da Lei nº 13.303/2016	83
2.2.4.3. Do dilema sobre a aplicação das licitações diferenciadas (artigos 47 e 48)	87
2.2.5. Da aplicação das regras da Lei nº 10.973/2004 (contratos de encomenda tecnológica) para as estatais	90
2.2.6. Da aplicação das regras da Lei nº 13.979/2020 (ações de combate ao COVID-19) para as estatais.....	92
2.3. Aspecto subjetivo – Estatais submetidas às regras de licitações da Lei nº 13.303/2016.....	94
2.3.1. Da aplicação do novo regime para estatais prestadoras de serviços públicos	95
2.3.2. Da aplicação do novo regime para estatais dependentes.....	98

2.3.3. Da aplicação do novo regime para subsidiárias e para estatais participantes de consórcios	99
2.3.4. Da aplicação do novo regime para as sociedades de propósito específico e para as controladas	99
2.3.5. Da aplicação do regime jurídico da Lei nº 13.303/16 aos instrumentos convenientes em que a estatal for interveniente executora	101
3 DA EXCEÇÃO À OBRIGATORIEDADE DE LICITAR	105
3.1. Da competência para legislar	105
3.2. Do aspecto burocrático e do aspecto democrático do princípio da obrigatoriedade de licitar	106
3.3. Das hipóteses de exceção à obrigatoriedade de licitar na Lei nº 13.303/2016	109
3.4. Da não observância das regras licitatórias (art. 28)	110
3.4.1. Dos convênios	110
3.4.2. Do contrato de patrocínio	112
3.4.3. Da atividade econômica relacionada especificamente ao objeto social	115
3.4.3.1. Da diferença em relação à dispensa ou à inexigibilidade	116
3.4.3.2. Da desnecessidade de vinculação à atividade-fim	116
3.4.3.3. Dos limites à atividade especificamente relacionada com os respectivos objetos sociais	118
3.4.4. Das parcerias vinculadas à oportunidade de negócio	122
3.4.5. Não observância e procedimento para a contratação	126
3.4.5.1. Não observância e princípios que regem a Administração Pública	127
3.4.5.2. Não observância das regras licitatórias e inovação procedimental	128
4 DA LICITAÇÃO DISPENSÁVEL	133
4.1. Dispensas de pequeno valor (art. 29, I e II)	134
4.1.1. Contratação direta de obras e serviços de engenharia de pequeno valor	134
4.1.2. Contratação direta de pequeno valor para outros serviços e compras	135
4.1.3. Fracionamento ilícito	136
4.1.4. Fracionamento x Parcelamento	137
4.1.5. Alterações contratuais e a superação dos limites de dispensa	138
4.1.6. Alteração dos valores de dispensa	139

4.1.7. Atualização dos limites de dispensa de valor.....	141
4.2. Dispensa de licitação por ausência de interessados aptos (art. 29, III)	142
4.2.1. Anterior tentativa válida de licitação.....	143
4.2.2. Ausência de interessados	144
4.2.3. Demonstração da existência de prejuízo com a repetição do certame.....	145
4.2.4. Manutenção das condições preestabelecidas	146
4.2.5. Art. 29, III, e os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.....	147
4.2.6. Utilização com diferentes critérios de julgamento.....	147
4.2.7. Dispensa de licitação e adjudicação global	147
4.2.8. Dispensa de licitação e deserção/fracasso parcial.....	148
4.3. Dispensa de licitação após certame fracassado por preços elevados (art. 29, IV).....	149
4.3.1. Apresentação de "preços manifestamente superiores ao de mercado"	150
4.3.2. A questão da superioridade manifesta dos preços	151
4.3.3. Dispensa por apresentação de preços "incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes"	153
4.4. Compra ou locação de imóvel (art. 29, V)	154
4.4.1. Dispensa ou inexigibilidade?.....	155
4.4.2. Chamamento público	158
4.4.3. Locação sob medida (built to suit)	159
4.5. Contratação de remanescente (art. 29, VI)	161
4.5.1. Remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	162
4.5.2. Rescisão contratual.....	164
4.5.3. Contrato advindo de certame licitatório	165
4.5.4. Aceite das mesmas condições do contrato anterior.....	165
4.5.5. Possibilidade de aproveitamento das propostas remanescentes	166
4.6. Contratação de instituição de pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou dedicada à recuperação social do preso (art. 29, VII).....	168
4.6.1. Instituição brasileira.....	169
4.6.2. Finalidades da instituição e pertinência com o objeto contratado.....	170
4.6.3. Inviabilidade de competição como requisito à dispensa?.....	171
4.6.4. Subcontratação	172
4.6.5. Inquestionável reputação ético-profissional	172
4.7. Aquisição para manutenção de equipamentos (art. 29, VIII).....	174
4.8. Contratação de associação de pessoas com deficiência física (art. 29, IX).....	176

4.9. Contratação de prestadora de serviços públicos (art. 29, X).....	180
4.10. Contratação entre as estatais e suas respectivas subsidiárias (art. 29, XI)	184
4.11. Contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos (art. 29, XII).....	189
4.12. Contratação de bens e serviços com alta complexidade tecnológica e defesa nacional (art. 29, XIII).....	191
4.13. Contratação de atividades de pesquisa e desenvolvimento (art. 29, XIV)	194
4.14. Contratação emergencial (art. 29, XV).....	195
4.14.1. Vigência e prorrogação dos contratos emergenciais.....	197
4.14.2. Emergência fabricada	198
4.15. Hipóteses de alienação direta de bens das estatais.....	202
4.15.1. Transferência de bens a órgãos e entidades da Administração Pública (art. 29, XVI).....	203
4.15.2. Doação de bens móveis para fins e usos de interesse social (art. 29, XVII)	206
4.15.3. Compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem (art. 29, XVIII).....	207
4.15.4. Compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida	208
4.15.5. Compra e venda de bens produzidos ou comercializados pelas estatais	208
4.15.6. Transferência do controle acionário e a exigência de licitação e de prévia autorização legislativa	209
5 DA LICITAÇÃO INEXIGÍVEL	211
5.1. Inviabilidade de competição.....	213
5.2. Não taxatividade.....	214
5.3. Aquisição com fornecedor exclusivo (art. 30, I).....	215
5.3.1. Comprovação da exclusividade do fornecedor.....	217
5.3.2. Contratação de prestador de serviço exclusivo	218
5.4. Serviços técnicos especializados (art. 30, II).....	220
5.4.1. Notória especialização (art. 30, §1º).....	221
5.4.2. Natureza singular dos serviços técnicos-especializados.....	224
5.5. Responsabilização por preços excessivos na contratação direta (art. 30, §2º)	226
6 ELEMENTOS DE INSTRUÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	229
6.1. Caracterização da situação emergencial ou calamitosa	230
6.2. Razão da escolha do fornecedor ou do executante.....	231
6.3. Justificativa de preço.....	231
6.4. Consulta ao Cadin	233

7	DISPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS (ART. 31)	237
7.1.	Objetivos/finalidades	238
7.2.	Seleção da proposta mais vantajosa (vantajosidade)	238
7.3.	Sobrepreço e superfaturamento	239
7.4.	Procedimento de manifestação de interesse privado.....	244
8	DIRETRIZES	247
8.1.	Padronização.....	248
8.2.	Busca da maior vantagem competitiva.....	249
8.3.	Parcelamento do objeto.....	249
8.3.1.	Item x lote x grupo	251
8.4.	Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão	255
8.5.	Observância da política de integridade.....	258
9	ORÇAMENTO SIGILOSO	261
9.1.	Fundamentos do orçamento sigiloso	262
9.2.	Orçamento sigiloso como opção discricionária	266
9.3.	Orçamento e situações de incompatibilidade	267
9.4.	Momento de divulgação do orçamento estimado	268
9.4.1.	Momento de divulgação nas licitações das estatais.....	269
9.4.2.	Negociação e abertura do sigilo	270
10	DO IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES OU SER CONTRATADO POR ESTATAIS	273
10.1.	Do impedimento para empresa em que diretor ou empregado da estatal possua capital social de até 5%.....	274
10.2.	Do impedimento para empresa suspensa de licitar e contratar, pela estatal	276
10.2.1	Do impedimento para empresa impedida de licitar e contratar.....	278
10.3.	Do impedimento para empresa declarada inidônea.....	280
10.4.	Do impedimento para empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea	281
10.5.	Do impedimento para empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea	284
10.6.	Do impedimento para empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.....	284
10.7.	Das demais regras de impedimento	285

11 DOS PRAZOS MÍNIMOS PARA A LICITAÇÃO	289
11.1. da impugnação.....	291
11.1.1. Da incidência de efeitos suspensivos.....	293
11.1.2. Consequências da intempestividade da impugnação.....	294
12 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES.....	297
13 DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA OBRAS E SERVIÇOS.....	301
13.1. Documentos de planejamento.....	305
13.1.1. Projeto básico	306
13.1.2. Projeto executivo	309
13.1.3. Termo de referência	309
13.1.4. Anteprojeto de engenharia	310
13.2. Regimes de execução	312
13.2.1. Empreitada por preço unitário	313
13.2.2. Empreitada por preço global	314
13.2.3. Regime de tarefa	316
13.2.4. Empreitada integral	317
13.2.5. Contratação integrada	319
13.2.6. Contratação semi-integrada	322
13.3. Vedação à participação nas obras e serviços de engenharia	325
13.3.1. Elaboração do projeto executivo como encargo do contratado.....	326
13.4. Remuneração variável.....	327
13.4.1. Requisitos da remuneração variável.....	330
13.4.2. Motivação	332
13.5. Contratações simultâneas ou plurissubjetivas	332
13.5.1. Da perda de economia de escala	335
13.5.2. Contratações simultâneas x credenciamento.....	335
13.5.3. Contratações simultâneas e serviços de engenharia	337
14 DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS.....	339
14.1. Da indicação de marca	341
14.2. Da exigência de amostra.....	345
14.3. Da certificação de qualidade	347

15	DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA ALIENAÇÃO DE BENS	351
15.1.	Avaliação formal.....	353
15.2.	Licitação.....	356
15.3.	Atribuição de ônus real	359
16	DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO	361
16.1.	Da ordem sequencial do procedimento licitatório	363
16.1.1.	Habilitação antecipada	364
16.1.2.	Das fases.....	366
17	DA PREPARAÇÃO	367
18	DA DIVULGAÇÃO	373
18.1.	Utilização preferencial do meio eletrônico.....	373
18.2.	Publicação de avisos.....	378
19	DA APRESENTAÇÃO DE LANCES OU PROPOSTAS	381
19.1.	Dos modos de disputa.....	381
19.2.	Dos lances intermediários.....	385
19.3.	Do Reinício da disputa aberta	386
19.4.	Do prazo de validade das propostas	388
20	FASE DE JULGAMENTO	391
20.1.	Dos critérios de julgamento	391
20.1.1.	Menor preço	393
20.1.2.	Maior desconto.....	394
20.1.3.	Melhor combinação de técnica e preço	397
20.1.4.	Melhor técnica.....	401
20.1.5.	Melhor conteúdo artístico.....	402
20.1.6.	Maior oferta de preço.....	403
20.1.7.	Maior retorno econômico.....	405
20.1.8.	Melhor destinação de bens alienados.....	408
20.2.	Dos critérios de desempate	410
20.2.1.	Disputa final fechada.....	411
20.2.2.	Desempenho contratual prévio.....	412
20.2.3.	Critérios da Lei nº 8.248/1991 e Lei nº 8.666/1993	413

20.2.4. Sorteio.....	415
20.2.5. Outros critérios de desempate	416
20.2.6. Os critérios de desempate e a revogação da Lei nº 8.666/1993.....	416
21 FASE DE VERIFICAÇÃO DE EFETIVIDADE DOS LANCES OU PROPOSTAS.....	419
21.1. Verificação de efetividade quanto ao valor ofertado.....	420
21.1.1. Propostas com valores superiores ao orçamento estimado.....	420
21.1.2. Inexequibilidade de propostas.....	422
21.1.3. Preços manifestamente inexequíveis	427
21.2. Verificação de efetividade quanto ao atendimento das exigências de especificações	428
22 DA NEGOCIAÇÃO.....	433
22.1. Da negociação para adequação ao orçamento estimado.....	433
22.2. Da negociação visando à obtenção de condições mais vantajosas.....	434
22.3. Da abertura do orçamento sigiloso na fase de negociação.....	436
23 DA HABILITAÇÃO.....	439
23.1. Dos parâmetros de habilitação	441
23.2. Da comprovação da possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações, por parte do licitante	442
23.3. Da qualificação técnica.....	443
23.3.1. Da restrição às parcelas técnica e economicamente relevantes	444
23.3.2. Da necessidade de previsão expressa dos requisitos de qualificação técnica	445
23.3.3. Do somatório de atestados	446
23.3.4. Tempo de experiência na atividade.....	447
23.4. Da capacidade econômica e financeira	448
23.5. Do recolhimento de quantia a título de adiantamento	449
23.6. Habilitação e proporcionalidade.....	450
23.7. Da ausência do requisito regularidade fiscal e regularidade trabalhista.....	451
23.8. Da legitimidade da opção do legislador de não exigir regularidade fiscal e trabalhista	453
23.9. Da natureza econômica da regularidade fiscal e trabalhista.....	456
23.10. Da prerrogativa administrativa para definir os critérios de aferição dos parâmetros de habilitação.....	457

23.11. Compliance ou programa de integridade como requisito de habilitação.....	458
23.12. Visto de execução do conselho profissional no local de execução	460
23.13. Qualificação técnica e avaliação de desempenho.....	461
24 DA FASE RECURSAL.....	467
25 DO ENCERRAMENTO DO PROCEDIMENTO	473
25.1. Da homologação.....	474
25.2. Do desfazimento do certame por revogação ou anulação.....	480
25.2.1. Aproveitamento dos atos.....	483
25.2.2. Direito ao contraditório e à ampla defesa.....	484
26 PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES.....	489
26.1. Aspectos gerais.....	489
26.2. A aplicabilidade dos dispositivos do Estatuto e seu decreto regulamentador	489
26.3. A Pré-Qualificação Permanente.....	491
26.3.1. Conceito e classificação.....	492
26.3.2. Aspectos diferenciadores.....	494
26.3.3. Pré-qualificação subjetiva.....	496
26.3.4. Pré-qualificação objetiva.....	497
26.3.5. Aspectos procedimentais.....	499
26.3.5.1. Permanência e validade da pré-qualificação.....	499
26.3.5.2. Licitação restrita aos pré-qualificados.....	500
26.3.5.3. Grupos ou segmentos de fornecedores.....	504
26.3.6. O princípio da publicidade no procedimento de pré-qualificação.....	504
26.4. Cadastramento (ou registros cadastrais).....	506
26.5. Sistema de Registro de Preços.....	508
26.5.1. O Sistema de Registro de Preços das empresas públicas e sociedades de economia mista	510
26.5.2. A necessária regulamentação do SRP/Estatais e regra de transição aplicável	511
26.5.3. A adesão ao sistema de registro de preços e a figura do "carona" ...	514
26.5.4. Das condições impostas ao registro de preços das empresas estatais	519
26.5.5. Cadastro de reserva.....	520
26.5.6. A inexistência de obrigatoriedade de contratar.....	521
26.6. Catálogo eletrônico de padronização.....	523

27 DOS CONTRATOS	527
27.1. Das cláusulas necessárias.....	529
27.2. Das cláusulas de rescisão e mecanismos de alteração.....	531
27.3. Da matriz de riscos.....	532
27.4. Das garantias.....	536
27.4.1. Das modalidades de garantias.....	538
27.4.2. Dos percentuais definidos pelo legislador.....	540
27.5. Da vigência dos contratos.....	541
27.5.1. Do prazo de até cinco anos para a vigência de contratos de fornecimento.....	543
27.5.2. Da inexistência dos chamados serviços contínuos.....	543
27.5.3. Da possibilidade de regras específicas de vigência.....	544
27.5.4. Da vigência indeterminada.....	546
27.6. Da responsabilidade do contratado.....	547
27.6.1. Da responsabilidade pelos vícios e incorreções da execução.....	547
27.6.2. Da responsabilidade trabalhista, fiscal e comercial.....	547
27.7. Da subcontratação.....	551
27.7.1. Possibilidade de subcontratação como regra.....	551
27.7.2. Subcontratada e exigências de qualificação.....	553
27.7.3. Vedações à subcontratação.....	553
27.8. Da alteração dos contratos.....	554
27.8.1. Da impossibilidade de alteração contratual no regime de contratação integrada.....	556
27.8.2. Situações justificadoras de alteração contratual.....	558
27.8.2.1. Das alterações qualitativas.....	560
27.8.2.2. Das alterações quantitativas.....	561
27.8.2.3. Substituição da garantia de execução.....	561
27.8.2.4. Modificação do regime de execução.....	561
27.8.2.5. Modificação da forma de pagamento.....	562
27.8.2.6. Manutenção do equilíbrio econômico financeiro.....	562
27.8.3. Dos limites.....	565
27.8.4. Do apostilamento.....	567
27.8.5. Aditivo e matriz de riscos.....	567
28 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	571
28.1. Da inadequada inspiração na Lei nº 8.666/1993.....	572
28.2. Das sanções aplicáveis.....	574

28.2.1. Da advertência.....	574
28.2.2. Da multa.....	575
28.2.3. Da suspensão temporária.....	576
28.2.4. Da competência sancionatória.....	578
28.2.5. Sancionamento e omissão.....	579
28.2.6. Sujeito passivo das sanções.....	580
28.2.7. Artigo 84 e a ampliação do sujeito passivo.....	580
ANEXO LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	583
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	617
ÍNDICE REMISSIVO	625